

A Oradora como fotografia pública: ou por uma história visual do anarquismo

The female speaker as public photograph: or for a visual history of anarchism

Fernanda Grigolin

Doutoranda em Artes Visuais na Unicamp; bolsista da CAPES.

E-mail: fernanda.grigolin@protonmail.com

Resumo: O presente artigo discute a fotografia como imagem pública e o exercício de imaginação política dentro de um contexto de atuação anarquista na Primeira República. A imagem de uma mulher é reinserida no seu contexto: Primeiro de Maio de 1915.

Palavras-chave: Anarquismo. Imagem pública. Mulheres anarquistas.

Abstract: This article discusses photography as a public image and the exercise of political imagination within an anarchist context in the First Republic. The image of a woman is placed in its original context: May First 1915.

Keywords: Anarchism. Public image. Anarchist women.

Introdução

Uma mulher de braços abertos, vestindo uma camisa branca e uma saia preta. Seus cabelos não chegam à altura do ombro. Ela está em cima de um palanque improvisado, talvez uma caixa de madeira. Na imagem há muitos chapéus, o que dá a impressão de que a maioria da plateia é masculina. Um homem próximo a ela (um pouco à esquerda, na diagonal) a olha fixamente. São perceptíveis na cena bandeiras desatadas e um guarda-chuva aberto. O fotógrafo também está em um lugar suspenso ou levantou a câmera em um tripé para poder, assim, trazer a mulher de forma central na imagem. Concluo ser a Oradora o objetivo principal da imagem, a composição transparece as intenções do fotógrafo. Todos estão voltados para ela; logo, conclui-se que ela discursa.



Ao ler os jornais *A Laterna* e *A Plebe*, percebe-se que os comícios eram práticas comuns e anteriores às passeatas (assim como são até hoje). Também depois do comício muitas vezes havia as moções que eram acordadas. A imagem não traz algo isolado, era uma prática comum de rua entre os militantes anarquistas e socialistas daquela época.

Ao longo da pesquisa¹ notei que essa imagem em particular é a que mais se repete em teses e trabalhos sobre mulheres anarquistas. Algumas pessoas dizem ser uma mulher desconhecida em um Primeiro de Maio, mas alguns a denominam. Segundo Ana Claudia Ribas (2015), seria Maria Antônia Soares em um Primeiro de Maio (não define a data). José Luis del Roio (2017) informa tratar-se de Juana Rouco na Greve Geral de 1917. A imagem foi capa da peça de teatro *Primo Maggio*, de Pietro Gori (de acordo com Milton Lopes)² e do livro de Antonio Candido: *Teresina e seus amigos* (1996).

A repetição de usos da imagem também acontece em fontes públicas. Informação da prefeitura de São Paulo em um postal preparado no ano de 2003 pela Coordenadoria Especial da Mulher diz: comemoração do Primeiro de Maio de 1919 (fonte: Arquivo Edgard Leuenroth; fotógrafo: desconhecido). Ao consultar o Arquivo Edgard Leuenroth em 2017, não consegui respostas sobre a imagem. Porém, em 2019, ao insistir novamente, o AEL me transmitiu novos dados: a imagem pertence à Coleção História da Industrialização (HI/00144). O AEL criou a coleção a partir de diversas imagens da época, e a fonte específica dessa imagem era a revista *Cigarra*. Na revista *Cigarra* n. 21, de 11 de maio de 1915, a fotografia aparece com o título “A Festa do Trabalho”, na página 13, com a seguinte legenda: “Aspecto do comício realizado a 1º de Maio, na esplanada da Cathedral. Tirado no momento em que falava uma operária”. Assim, o evento fotografado foi o comício do Primeiro de Maio de 1915 realizado na Praça da Sé.

A imagem da Oradora circulou e pertence à memória visual coletiva daqueles que acessam a cultura anarquista. Seria um exercício imaginativo³ potente realocá-la em seu contexto de origem e apresentá-la dentro de um processo do movimento anarquista da Primeira República.

O percurso da imagem e sua análise existirão aqui como o lugar da visualidade coletiva e da vontade de diversos anarquistas e/ou pesquisadores de manter viva a fotografia e repô-la em um lugar histórico persistente e importante. A Oradora é um *testemunho político*, um dos atributos do *studium* (Barthes, 1984) que também traz em si o *interesse geral*, o *âmbito cultural e vasto*. Todos esses atributos são potencializados pelos usos da imagem ao longo de mais de um século.

Revista *Cigarra* n. 21, de 11 de maio de 1915 aos usos atuais



¹ Minha tese de doutorado será defendida em janeiro de 2020 na Unicamp sob o título *Sou aquela mulher do canto esquerdo do quadro: a história das mulheres anarquistas como narrativa encarnada*.

² Anarquismo e 1º de Maio no Brasil: <http://passapalavra.info/2009/09/11694/>

³ Imaginativo nos termos de imaginação política (AZOULAY, 2015)

Na imagem publicada na revista ilustrada, a mulher é posta como uma operária. Apresenta-se aí um lugar social; porém o comício, segundo a legenda, não é trazido como um aspecto de luta ou reivindicativo ou histórico, e sim como uma “festa”. Assim, para a revista de entretenimento de maior circulação no Estado de São Paulo, o momento é visto como “idealizado”, quase idílico. O registro, por mais que venha do lugar do acontecimento, ao ser posto em página, torna a imagem contemplativa, esvaziada de seu contexto.

Diferente do seu uso primeiro em *A Cigarra*, a imagem hoje é trazida sob uma égide reivindicativa e não festiva e de interesse geral e de valor histórico para demonstrar a cultura anarquista no Brasil ao longo desses cem anos. Os pesquisadores, em sua maioria historiadores do anarquismo, trazem a imagem da Oradora como uma comprovação de comícios e manifestações em um lugar geográfico: Praça da Sé, São Paulo, Brasil. Mesmo com essa preocupação latente e com tentativas de estabelecer relações, “a História, como disciplina, continua à margem dos esforços realizados no campo das demais ciências humanas e sociais, no que se refere não só a fontes visuais, como à problemática básica da visualidade” (MENESES, 2003, p. 17).

Por mais que a imagem da Oradora conste de diversas pesquisas sobre o anarquismo no Brasil e os anarquistas, ela ainda aparece apenas para ilustrar informações externas a ela e não como fonte visual⁴. Assim, o campo do interesse geral aqui é parcialmente abordado, pois a imagem é um adorno, um apêndice nas análises historiográficas e não um elemento participante e com o mesmo peso que a palavra.

Portanto, olhar a presente imagem como fotografia pública associada à noção de documento é compreendê-la sob vários aspectos. “A fotografia pública, associada à noção de documento, fornece visibilidade à experiência social de sujeitos históricos – por detrás e diante da câmera, destaca-se tanto como fonte quanto objeto de estudo da história visual do poder e das culturas políticas.” (MAUAD, 2013, p. 14).

Percursos sobre a imagem

Os caminhos dessa imagem tomaram dois anos de pesquisa e muitas etapas: entrevista com a neta de Maria Angelina Soares, Ananita Rebouças⁵; leitura de textos de diversos pesquisadores; conversas intermináveis com anarquistas⁶. Por mais que os fatos me levem a concluir que a data correta da imagem é 1915 e que sua protagonista é Maria Antonia Soares, a pergunta que fiz pela primeira vez ao ver essa imagem segue: Por quais motivos uma imagem realizada há tantos anos persistiu na memória visual coletiva do anarquismo brasileiro, mas a identidade da Oradora é tão dúbia e faz com que tenha tantas denominações?

⁴ “a História continua a privilegiar ainda hoje, a despeito da ocorrência de casos em contrário, a função da imagem com a qual ela penetrou suas fronteiras no final do século atrasado. É o uso como ilustração. Certamente, de início, a ilustração agia com direção fortemente ideológica, mas não é menos considerável seu peso negativo, quando o papel que ela desempenha é o de mera confirmação muda de conhecimento produzido a partir de outras fontes ou, o que é pior, de simples indução estética em reforço ao texto, ambientando afetivamente aquilo que de fato contaria. Caso ‘criar clima’ tiver que ser a função única ou primordial da imagem, para o historiador, é melhor aloca-la de vez numa História meteorológica” (MENESES, 2003, pp. 20-21).

⁵ O contato com Ananita só foi possível com a intermediação de Marcolino Jeremias, pesquisador autônomo, arquivista, parte integrante do NELCA.

⁶ A imagem foi motivo de conversas com vários pesquisadores e militantes anarquistas, entre eles: Christina Lopreato, Samanta Colhado Mendes, Rodrigo Rosas, Antonio Carlos de Oliveira.

Não apresentarei uma resposta, mas dialogarei com os variados usos da imagem, os discursos estabelecidos por quem olha a imagem e os nomes que atribuíram à Oradora. A persistência da imagem na memória visual coletiva deve-se a suas características públicas, que se relacionam com poder, espaço público e condições históricas. A pesquisadora Ana Maria Mauad discute a questão: “A relação entre imagem fotográfica e política está na base da condição histórica do dispositivo fotográfico, como um importante meio de representação social, e da fotografia como prática de produção de sentido social” (2013, p. 1).

Foi na imprensa ilustrada, a qual passou a existir no Brasil republicano, que a fotografia, prática de produção de sentido (MAUAD, 2013), assumiu sua feição pública.

A introdução da fotografia na imprensa ilustrada brasileira se deu em 1900, com a publicação dos primeiros clichês na *Revista da Semana*, uma publicação do *Jornal do Brasil*. Neste primeiro momento, cria-se nas revistas ilustradas que possuíam nomes pitorescos, como *Fon-Fon*, *Careta*, *O Malho*, entre outras, o hábito de ver e ser visto por meio de imagens técnicas, educando o olhar para perceber o detalhe do traje, o cuidado do penteado, o perfil respeitoso. (MAUD, 2013, p. 17).

Dentre as publicações de nome pitoresco está *A Cigarra*, que foi o primeiro veículo em que se publicou a referida imagem em 1915, há mais de cem anos. Entretanto, suas características e vinculações a um momento de luta residem muito mais no uso da imagem em outros contextos que no contexto original.

A fotografia pública relaciona-se com história, poder e/ou disputa de poder.

A fotografia pública é produzida por agências de produção da imagem que desempenham um papel na elaboração de uma opinião pública (meios de comunicação, estado etc.). É, portanto, o suporte de agenciamento de uma memória pública que registra, retém e projeta no tempo histórico, uma versão dos acontecimentos. Essa versão é construída por uma narrativa visual e verbal, ou seja, intertextual, mas também, pluritemporal: o tempo do acontecimento, o tempo da sua transcrição pelo modo narrativo; o tempo da sua recepção no marco histórico da sua publicação, dimensionado pelas formas de sua exibição – na imprensa, em museus, livros, projetos etc. (MAUD, 2013, p. 17-18).

A fotografia pública é um exercício de espaço público como lugar de disputa/agenciamento do Estado, meios de comunicação e movimentos sociais. No caso da imagem da Oradora, a disputa é protagonizada pelo movimento anarquista da Primeira República.

[...] a fotografia pública se torna pública, porque se associa às funções de representação de diferentes formas de poder na cena pública; são, ainda, suportes da memória pública sancionada pelas diferentes culturas políticas. Entretanto, é nas formas de agenciamento da fotografia pública que se deflagra o seu potencial de mobilizar as memórias concorrentes e de acionar representações históricas sobre acontecimentos e eventos passados. (MAUAD, 2013, p. 19).

A imagem permaneceu na memória visual e social, porém o protagonismo do ato, de quem fala em público, foi apagado ou confundido dentro das diversas denominações atribuídas a quem foi a Oradora. Isso se deve à perseguição sofrida pelos anarquistas naquela época; ao Estado repressor e seu aparato cruel. Porém há um fator a ser repetido: há algo próprio da condição histórica das mulheres e sua invisibilidade dentro das

metodologias da historiografia, quase sempre branca, europeia, masculina, burguesa e heterocisgênera. Há sim a necessidade de uma Outra História (PERROT, 2017).

As comemorações do Primeiro de Maio de 1915 e 1917

Uma história que se ocupa das imagens é sobretudo uma história do futuro, uma história poética. De modo geral, os historiadores acreditam que as descobertas que realizam resultam da sua argúcia. Deixam escapar que é por meio do futuro guardado nas imagens que os vestígios do passado nos visam e ainda nos dizem alguma coisa. Todo “achado” em uma imagem de arquivo é um olhar correspondido que atravessa as eras, o reencontro de um porvir que o passado sonhara – e que somente nossos próprios sonhos de futuro permitem perceber.

Mauricio Lissovsky (2011)

As comemorações do Primeiro de Maio são atos preparados nos jornais anarquistas: em *A Plebe*, por exemplo, há notas e informações sobre reuniões e encontros preparatórios. A edição de 1º de maio de 1919 é a primeira edição comemorativa de *A Plebe* para o Primeiro de Maio (RIBAS, 2015). A capa é tomada por uma gravura imensa e no pé de página uma frase: *A Revolução Social em Marcha Contra o Inimigo*. O inimigo está nomeado na gravura: capitalismo, diplomacia, oligarquia, jesuítas, imprensa reacionária, mentiras, sociedade das carolas, moços bonitos etc. A Revolução Social da imagem vem imensa, caminhando muito maior que todos os inimigos: caminha segura, pisando sobre o globo terrestre, e atrás uma multidão com suas bandeiras, pois ela é uma obra coletiva. Não há imagem fotográfica, o jornal tem duas páginas, nove textos, entre eles o Hino da Internacional. Para aquele momento, 1919, mais importante é a simbologia da data por meio de gravura e dos textos. Na época não era um feriado, e muitas das pessoas participantes de atos no dia foram presas; há relatos de Rodolfo Felipe, militante anarquista, sendo preso às vésperas do Primeiro de Maio de 1924 e liberado depois sem grandes explicações da polícia (RIBAS, 2015).

A *Lanterna* de primeiro de maio de 1915 traz notícia sobre o comício que se prepara no Largo da Sé, às 9h30, convocado pela Comissão Internacionalista contra a Guerra. Há notícia de preparações para o comício no Brás, no Largo da Concórdia, no Largo do Riachuelo⁷. “Trabalhadores de S. Paulo! Acorrei numerosos a essas reuniões, porque nelas se patrocinarão a causa que é vossa”, convocam na primeira página. Há também na capa uma gravura simbolizando o Primeiro de Maio grande e destemido, unido a uma manifestação que faz a igreja e o capital fugirem.

⁷ A mesma prática de anunciar reuniões e encontros preparatórios de comícios é realizada quatro anos depois em edições de abril de *A Plebe*. Em *A Plebe* de 5 de abril de 1919, há uma nota convocando o encontro de 6 de abril de 1919 às 20 horas, a se realizar na Rua Marechal Deodoro, 6. E em *A Plebe* de 12 de abril, divulga-se o de 13 de abril às 20 horas, na Rua Senador Queiroz, 70. Ambos os encontros aconteceram aos domingos e foram noticiados em *A Plebe* do dia anterior (sábado). Na edição de 26 de abril de 1919, uma nota informa que: um comitê composto por associações obreiras, grupos sociais, jornais de vanguarda organiza um comício às 14 horas no Largo da Sé. Nos bairros do Brás, Bom Retiro, Mooca e Cambuci serão organizados “meetings” às 12 horas, e as pessoas trabalhadoras rumarão à Sé conjuntamente. Após o comício haverá uma passeata. Os oradores serão designados previamente. Na mesma nota há informação de uma última reunião, no dia seguinte, um domingo, dia 27 de abril, na Liga dos Padeiros e Confeiteiros na Rua Senador Queiroz, 70 (mesmo lugar da segunda reunião).

Na Seção “Mundo Operário”, destaca-se o texto “Origem do Primeiro de Maio e os Mártires de Chicago”, abaixo reproduzido um trecho:

Origem do Primeiro de Maio e os Mártires de Chicago

Recordando um crime da sociedade moderna

Já em 1860 os operários militantes dos Estados Unidos se agitavam para a conquista da jornada de oito horas de trabalho, e, por essa mesma ocasião, o presidente Johnson fixava para onze esse horário do operariado do Estado. Fundaram-se partidos operários e realizaram-se congressos, de onde saíram pujantes associações, dentre elas a Liga das Oito Horas e a dos Cavalheiros do Trabalho. A esse movimento se seguiram contínuas greves parciais, que, embora tivessem fracassado na sua maioria, despertavam grande entusiasmo nas classes trabalhadoras...

Em 1870, os socialistas domiciliados nessa República organizaram a seção da Internacional dos Trabalhadores, da qual surgiu uma vivíssima propaganda socialista revolucionária, dando origem a novos meios de luta entre o capital e o trabalho. As greves continuavam intensamente e, em 1871, declararam-se em parede, em Nova York, 100 mil operários. Embora vencidos na maioria das vezes, não desanimaram na luta, o que se prova com as inúmeras greves havidas desde 1876 até 1880, em toda a República, tendo ficado organizada, nesse último ano, a Federação dos Trabalhadores dos Estados Unidos e Canadá.

Num congresso efetuado em Chicago, no ano de 1881, ficou deliberado declarar-se a greve geral em 1º de maio de 1886. Foi iniciada por meio de manifestos, jornais, folhetos, livros, reuniões e comícios – uma propaganda colossal, intensíssima. E, no dia marcado, rebentou a greve geral.

Entretanto, devido aos efeitos produzidos por essa agitação, antes de maio, mais de 40 mil trabalhadores obtinham as oito horas, as quais, convém notar, já os canteiros gozavam desde 1867, e, em maio, mais de 200 mil operários também as conseguiram.

Foi nos Estados Unidos que a ideia grandiosa da greve geral teve o seu nascimento. Os sublimes ideais socialistas e libertários faziam-se sentir com vigor e tinham já os seguintes órgãos de imprensa: *The Alarm*, *O Socialista*, *Arbeiter Zeitung* e *Liberdade*, a cuja frente estavam quatro intemeratos companheiros, alguns dos quais foram executados.

Conflitos gravíssimos foram o prólogo da luta.

Declarada a greve geral, foi convocado um comício monstro, em que falaram Parsons, Spies, Fielden e Schwab. Os patrões, bastante atemorizados, não trepidaram em fazer concessões. Um patrão despedira 1.200 operários, o que provocou um sério atrito, tendo intervindo a polícia, que carregou várias vezes contra a multidão. Os trabalhadores armaram pequenas barricadas, jogavam pedras e disparavam tiros de revólveres.

A falta de meios de defesa, porém, obrigou a multidão a fugir da sede de sangue dos jahizaros policiais. Indignado, Spies escreveu, na noite daquele mesmo dia, um vibrante manifesto intitulado “A circular da desforra!”, que foi profusamente espalhado por toda a cidade. Levou-se a efeito uma reunião no grupo socialista Lühr und Wehr Verem, onde se resolveu realizar um comício de protesto no parque Haymarket contra o indigno procedimento das autoridades policiais.

(...)

Os companheiros oradores e os mais salientes no movimento operário foram imediatamente perseguidos e encarcerados. Parsons entregou-se às autoridades ao saber da prisão dos outros companheiros. Foi iniciado o processo, e na extensa acusação envolviam, infamemente, no assassinato do polícia Degan, A.

Spies, Miguel Schwab, S. Fielden, A. Fischer, G. Engels, Lingg, O. W. Meebe e Alberto Parsons.

Após intensíssimas leituras, só conseguiram provar que os acusados tinham ideais socialistas e anarquistas. Apesar de ser reconhecida a sua inocência, cinco deles, Engels, Parsons, Lingg, Fischer e Spies, foram condenados à morte; Schwab e Fielden à prisão perpétua, e Meebe a quinze anos de reclusão. Lingg suicidou-se: não quis entregar seu corpo ao carrasco.

O texto acima não foi assinado, provavelmente é uma tradução ou um texto construído a partir de informações que circulavam na época⁸. As marcas dos acontecimentos de Chicago atravessaram fronteiras e são lembradas até hoje pelas pessoas trabalhadoras, e isso é também consequência da militância de Lucy Parsons; anarquista e companheira de Albert, foi a grande propagadora da tragédia, dos erros institucionais. E, devido a sua luta, o ocorrido com seu marido e demais trabalhadores não foi esquecido. O coletivo anarcofeminista Roxo e Negro, sediado no Rio de Janeiro, realiza estudos e traduções sobre os escritos de Lucy. O Primeiro de Maio é um lugar simbólico para os anarquistas, e rememorar ano a ano o ocorrido de Chicago faz com que as conexões internacionalistas se estabeleçam espacial e temporalmente tanto com os homens acusados injustamente quanto com a luta de Lucy Parsons. Em uma escrita simples e direta, Lucy retoma recordações e informações sobre aquele ano, e seu processo de escrita é como uma rememoração de cenas e processos e uma afirmação: de ser anarquista.

[...] em Chicago eles acham que anarquistas não têm qualquer direito de existir, de forma alguma. Querem enforcá-los lá, legalmente ou ilegalmente. Vocês ouviram sobre um certo encontro do Haymarket. Vocês ouviram sobre uma bomba. Vocês ouviram sobre prisões e mais prisões feitas pelos detetives. Aqueles detetives! Há um bando de homens, pior ainda, bestas! Detetives de Pinkerton! Eles fariam qualquer coisa. Tenho certeza que capitalistas queriam que um homem jogasse aquela bomba no encontro do Haymarket para culpar os anarquistas por isso. Pinkerton poderia ter feito isso para ele. Vocês ouviram bastante sobre bombas. Vocês ouviram que os anarquistas disseram muito sobre dinamite. Lhes disseram que Lingg fazia bombas. Ele não violou nenhuma lei. Bombas de dinamite podem matar, podem assassinar, assim como as metralhadoras. Suponham que aquela bomba tenha sido jogada por um anarquista. A Constituição diz que existem certos direitos inalienáveis, dentre os quais estão a liberdade de imprensa, de expressão e de reunião. Aos cidadãos desta grande terra é dado pela Constituição o direito de repelir a invasão ilegal destes direitos. O encontro na praça do Haymarket foi um encontro pacífico. Suponham que, quando um anarquista viu a polícia chegar em

⁸ A *Plebe* de 1º de maio de 1919 é parte de um contexto maior. No texto “Pela Paz e pela Justiça” de A *Plebe* de 1º de maio de 1919, o autor G. diz: “Primeiro de Maio se anuncia, em toda a parte do mundo, como uma grandiosa manifestação das classes trabalhadoras; manifestação que não é obra deste ou daquele partido socialista, mas do proletariado todo que, cansado da escravidão e das guerras, exige hoje o seu direito à vida, ao gozo integral de tudo o que lhe pertence, desdobrando todas as suas forças em face do inimigo comum [...]. Quanto mais grandiosa forem vossas manifestações, mais sérias e mais imponentes resultaremos, tanto mais ação moral exercerão sobre os nossos inimigos que se consideram fortes demais para conceder-nos a liberdade e o bem-estar” (*Pela Paz e pela Justiça. A Plebe, 1/05/1919*). Outro texto assinado por José Bacellar fala da data e também da Revolução social que até lá “o Primeiro de Maio – que teve seu batismo de sangue em Chicago, a 11 de novembro de 1887 – será, deverá ser apenas como todos os dias, porque os que tudo produzem e nada possuem – um dia do mais solene protesto e da mais enérgica revolta contra o existente infame que os esmaga”.

cena, com um olhar assassino, determinada a dissolver aquele encontro, suponha que ele tenha jogado aquela bomba; ele não teria violado nenhuma lei. Esse será o veredicto de seus filhos. Se eu estivesse lá, se tivesse visto aquela abordagem policial assassina, se tivesse ouvido aquele insolente comando para dispersar, se tivesse ouvido Fielden dizer: “Capitão, este é um encontro pacífico”, se tivesse visto as liberdades de meus compatriotas serem esmagadas, eu mesma teria jogado aquela bomba. Eu não teria violado nenhuma lei, apenas cumprido a Constituição. (PARSONS, [1886] 2017⁹, p. 1).

Em *A Lanterna* de 15 de maio de 1915, na seção “Guerra a Guerra”, há um texto sobre as manifestações do Primeiro de Maio em São Paulo, Ribeirão Preto e Rio de Janeiro. Há duas imagens fotográficas aparentemente cortadas por estarem quadradas, logo foram encaixadas na diagramação textual; nenhuma delas é a imagem da Oradora, porém no texto são elencados os oradores daquele dia, e entre eles está o nome de Maria Antonia Soares juntamente com o de Edgard Leuenroth, Dr. Passos Cunha, Vittorio Battis e Eduardo Hoffmeister. Na ocasião é lida uma moção na qual “O proletariado cosmopolita de S. Paulo, reunido em comício, no Largo da Sé, para comemorar a data de Primeiro de Maio, que simboliza a sua universal batalha contra a exploração e tirania das quais é vítima e afirmar o seu direito a uma vida de bem-estar e liberdade comum que está disposto a conquistar”, se mostra contrário à guerra (“afirmando a sua mais formal repulsa, a sua absoluta condenação à guerra com a qual o capitalismo, sempre insaciável de ouro e de vidas humanas [...]”), a favor da paz (“Fazem votos para que as massas proletárias internacionais, reunindo as suas forças, condigam, com uma ação enérgica e decisiva, pôr termo à horrível matança humana, vigiando atentamente os conluios diplomáticos para que não impeçam mais uma vez o desarmamento geral dos exércitos, como base segura da paz universal e do progresso que deve estabelecer o regime racional do internacionalismo e da equidade social”). No texto, eles também expressam o avanço do socialismo internacional em suas várias escolas.

O contexto da imagem da Oradora é o Primeiro de Maio de 1915, um contexto da Primeira Guerra Mundial, carestia de vida; as pessoas trabalhadoras se organizam coletivamente para se posicionarem contrariamente ao massacre que estão passando tanto no Brasil quanto internacionalmente. Maria Antonia Soares foi a única mulher que discursou naquele momento; não se sabe o conteúdo de seu texto, mas pelo conhecimento de sua atuação e da militância de sua família, sabe-se que seu posicionamento é anarquista, antimilitarista e pela paz.

A atuação tanto de Maria Antonia Soares quanto de sua irmã Angelina Soares¹⁰ em São Paulo foi intensa. O pesquisador anarquista Rodrigo Rosa (GODOY; MARCHEZIN; SILVA,

⁹ PARSONS, Lucy. “Eu sou uma anarquista”. *The Kansas City Journal*, 21 dez. 1886, p. 1. Tradução de Roxo e Negro Publicações, 2017. Disponível em: <https://medium.com/@roxoenegro/eu-sou-uma-anarquista-e310bf27ba69>

¹⁰ Na imprensa anarquista há textos de Maria A. Soares que algumas historiadoras atribuem a Maria Antonia Soares (Ribas, 2015), outros os atribuem à irmã Maria Angelina Soares (Valadão; Lopreato, 2008). Não há evidência de qual das irmãs Soares era, já que ambas tinham Maria Soares, mudando o segundo nome para Angelina ou Antônia e as assinaturas do texto sempre têm o nome do meio como A seguido de ponto. Nas cartas e documentos que consultei em arquivos, Angelina assina como Angelina Soares e Antonia assina de forma completa (Maria Antônia Soares) sem abreviações. Além do nome, a forma física de ambas era próxima: pequenas, magras e usavam o mesmo corte de cabelo. Outra questão é: algumas pesquisas afirmam ser Angelina a mais velha, outras indicam ser Antônia. Cada pesquisador consultado traz uma data de nascimento, ou denomina uma das irmãs como a mais velha: ora Antonia, ora Angelina. Diante da atuação tão vasta e enriquecedora, um trabalho de cunho biográfico e mais calmo demonstra-se necessário para encontrar informações

2017) relata que uma delas discursou na greve de 1917; segundo notícia da *Gazeta*, jovem é denominada como irmã do professor Carvalho, alusão a Florentino de Carvalho, professor de uma das Escolas Modernas.

Nos meios anarquistas, textos e menções às mulheres são realizados. Textos são assinados e, caso a fotografia da Oradora fosse de 1919, *A Plebe* noticiaria ao menos o nome de quem falou, assim como *A Lanterna* fez em 1915. Um fato que comprova o cuidado de trazer os textos femininos se vê na edição comemorativa do Primeiro de Maio de 1919: há um texto assinado por uma mulher, Teresa Escobar, do Rio de Janeiro, um apelo às mulheres. O texto construído no condicional dialoga com os desejos de união das pessoas trabalhadoras, em especial tem como interlocutora a mãe e a operária. Segue um trecho:

Quisera que a altíssima significação deste aniversário chegasse à sublime apoteose da realidade, mesmo que para tal fosse necessário revolucionar; e quisera que a revolução depurasse todos os elementos malsinados deste renhidoiro que chamam sociedade, transformando-o numa sociedade nova, liberta, bela e igualitária, sem exércitos, sem poderes carcomidos, sem leis brutais que escravizem, sem iniquidades, enfim! (Primeiro de Maio – apelo às mulheres. Tereza Escobar. *A Plebe*, 1º maio 1919).

As edições subsequentes a esta edição comemorativa trazem informações sobre o comício e sobre a Greve que iniciou na mesma data, nenhuma mulher é citada entre as pessoas que discursaram. Após o comício, as pessoas decidiram entrar em greve geral, e durante a paralisação a repressão da polícia e do governo foi intensa, prisões foram realizadas, como a de Adelino de Pinho, que foi preso no momento em que dava aula e foi espancado na frente dos alunos por policiais.

Os operários reivindicavam as oito horas de trabalho, repouso semanal, proibição de trabalhos de menores de catorze anos; igualar salários de homens e mulheres; baixa no valor dos alimentos e aluguéis.

O operariado, cômico de seus direitos e da tristíssima situação em que se vê, sem quase meios de dar pão a seus filhos, está disposto a resistir a todas as injunções a que o queiram arrastar capitalistas e polícias, desde a compressão à fome mais negra. Ele resistirá, sem dúvida, até o fim, até que mais não possa. Mas, chegar a esse extremo não será conveniente nem para os industriais nem para a polícia. Um povo faminto é capaz de todas as audácias porque traz na alma todos os desesperos. A História é uma boa conselheira... (*A PLEBE*, 10 maio 1919).

precisas sobre essa família, em especial sobre Maria Antônia e Maria Angelina. Há pesquisadores que dizem Angelina ter nascido em 1886 e Antônia em 1889; outros que Antônia nasceu em 1899 e Angelina em 1900. A hipótese que Maria Antônia seja mais velha é bem mais provável, pois o *Jornal Fanfulla* de 11/09/1915 cita as duas irmãs: uma como alguém que dará uma conferência (Maria Antônia) e a outra como aluna (Angelina) que recitará um poema às mães na Escola Nova; no dia 22 de junho do mesmo ano Angelina também é citada como aluna que recitou o poema *A Guerra*. As edições de *Fanfulla* de 29/01/1915 e 10/04/1915 falam de Maria Antonia Soares como professora da Universidade Popular de Cultura Racionalista (Ver CACCAVELLI, 2015). Algumas lacunas sobre as irmãs Soares talvez venham a ser desvendados se for realizado similar esforço feito pelos pesquisadores argentinos sobre Virginia Bolten que concluíram uma biografia escrita a seis mãos, dada a grande complexidade e das inúmeras informações desconstruídas sobre Bolten. Ver CORDERO, MUÑOZ, PRIETO (2014).

Juana Rouco e Teresa Carini: outras mulheres denominadas

A imagem da Oradora é citada e relacionada com duas outras mulheres: Juana Rouco Buela e Teresa Carini. Por mais que eu acredite serem corretas as informações sobre 1915 e Maria Antônia Soares, é pertinente trazer e pontuar a história dessas duas mulheres: uma que viveu no Rio de Janeiro e apenas passou por São Paulo (Juana), e outra que teve importante atuação no início do século (Teresa Carini).

Juana Rouco Buela é companheira de jornada na minha pesquisa. Inúmeras pesquisadoras do anarquismo se debruçam em sua vida e obra. Nenhum texto escrito sobre ela por uma pesquisadora de mulheres anarquistas diz que ela esteve na Greve de 1917, muito menos em sua autobiografia isso é citado. Contudo, José Luis del Roio¹¹ afirma ser Juana a Oradora (e ser a imagem datada de 1917). Abaixo, trecho do livro sobre a Greve Geral de 1917 que o comunista e ex-militante da Associação Libertadora Nacional escreveu em 2017:

Ardentes e combativos discursos pontearam o final da cerimônia, já no cemitério. Falou um representante da colônia espanhola, José Fernandez, depois Theodoro Monicelli e Edgar Leuenroth, pelo comitê, e finalmente a espanhola Juana Rouco Buela. Esta mulher impressionou os ouvintes pela dramaticidade de seus gestos e suas palavras comovedoras.

Mas quem era ela? Juana Buela nasceu em Madri em 1889 e, como tantas outras famílias espanholas, a sua se deslocou para Buenos Aires. Sua profissão desde muito jovem foi a de costureira. Ligou-se ao anarquismo e ao sindicalismo revolucionário, no qual construiu um setor feminino do movimento. Elaborou jornais, participou de greves e ficou conhecida por seus dons de oratória. Expulsa da Argentina, voltou à sua terra natal e militou na Escola Moderna de Ferrer. Perseguida, teve de fugir para o Uruguai onde, em pouco tempo, foi presa por um ano. Quando a guerra europeia estava para começar, tentou se mudar para a França, mas o capitão do navio onde se encontrava a desembarcou no Rio de Janeiro. Viveu passando roupas e buscando contatos com seus companheiros platinos.

Juana deslocou-se em seguida para São Paulo, onde colaborou na greve de 1917. A foto da capa deste livro a mostra em plena atividade, num comício da praça da Sé. Logo depois, volta à Argentina, onde continuaria sua vida aventureira. Morreu em Buenos Aires, em 1969. (DEL ROIO, 2017, p. 67-68).

As pesquisas sobre a Greve Geral de 1917 na cidade de São Paulo não trazem o nome de Juana Rouco, muito menos pesquisas que se debruçam sobre a atuação das mulheres anarquistas em São Paulo falam dela¹². A pesquisadora Débora Luciene Porto Boenavides (2018) cita que Juana rendeu homenagem à Greve Geral de 1917 no ato de solidariedade realizado na cidade do Rio de Janeiro, e isso se atesta nas notícias do periódico carioca *A Razão*, de 16 de julho de 1917, referentes ao ato realizado no Rio de Janeiro promovido pelo Grupo Anarquista Renovação, em frente ao Theatro Municipal:

¹¹ O jornalista Isaiás Dalle também escreveu um livro sobre a Greve e cita a informação trazida por Del Roio. A Greve Geral de 1917 também foi objeto do documentário de Carlos Pronzato. Das produções “comemorativas” dos cem anos da greve, os livros da Biblioteca Terra Livre e o de Biondi e Toledo (2018) foram os que trouxeram mais referências sobre a história das mulheres anarquistas.

¹² Samanta Colhado Mendes possui pesquisa sobre o período da Primeira República em São Paulo. Ver: MENDES, 2018.

Pálida, de olhos brilhantes, uma expressão reveladora de grande energia, quer no olhar, quer nos seus gestos nervosos, a referida mulher subiu por sua vez a escadaria do municipal. Era a operária D. Joana Buela.

Revelando grande inteligência e preparo intelectual apreciável, d. Joana discursou com alta vibração emotiva.

– Sente-se perfeitamente, diz a oradora, em língua castelhana – sente-se perfeitamente que a luta travada pelos operários de S. Paulo, não é apenas em prol do estômago, mas também do espírito!

Há qualquer coisa notável na greve de S. Paulo, que a imprensa venal finge não ter compreendido. Ela exprime um sentimento de revolta pela – hipocrisia – que reina em todo o mundo no momento presente. Os operários de S. Paulo, como os da Rússia, da Espanha, de Portugal e de todas as demais nações, querem fazer sentir a sua opinião sincera em face do atual estado de coisas.

Ataca em termos veementes a sorte do operariado brasileiro e diz que muitos jornais, prestando concurso aos governos, adotam a “censura”, a fim de que muitos fatos não sejam notificados ao povo.

Assim aconteceu com determinado matutino carioca, cujo atual diretor escrevia de Londres para aqui as mais formosas crônicas, que a oradora ainda conserva guardadas.

Hoje, porém, mudou-se o modo de pensar desse eminente jornalista, de modo que é ele o primeiro a permitir que o seu jornal chame de perigosos “anarquistas” estrangeiros, tanto a oradora como a todos que permaneciam ali presentes.

Presta homenagem aos operários de São Paulo e diz que é necessário que os obreiros cariocas mirem o espelho fornecido pelos seus camaradas em greve. (*A Razão*, 16 jul. 1917).

Em seu livro de memórias, Juana Rouco (2011) comenta com muitos detalhes suas atividades militantes por onde passou: inclusive quando esteve no Brasil, em especial no Rio de Janeiro; em São Paulo, ela diz que foi várias vezes, mas não menciona nenhum momento em específico. Se ela tivesse vivido uma greve nas dimensões da Greve Geral de 1917, Juana Rouco mencionaria em sua autobiografia. Traduzi alguns trechos novos da autobiografia de Juana Rouco quando fala de atuações no Brasil:

Já organizada minha vida, comecei a tomar parte ativa do movimento operário e cultural. A Federação Operária do Rio de Janeiro organizou vários atos públicos devido à guerra e pediram minha colaboração, o que de imediato aceitei, mas isto sim, dei minhas conferências em castelhana, porque desconhecia o idioma falado no Brasil; mesmo que aos poucos eu tentasse compreendê-lo e falar a língua, não era possível fazer isso na tribuna durante o calor de uma conferência.

Todas as minhas conferências foram dadas em castelhana, e eu percebia, pelas expressões da plateia, que eram bem compreendidas e interpretadas. [...] Os meus vinte e cinco anos manifestavam em mim um desejo de trabalhar e adquirir conhecimentos profundos da filosofia e teoria do ideal anárquico, que com tanto carinho conheci e a cujas difusão e propaganda me entreguei desde pequena, porque entendia, e entendo, que é o único ideal capaz de libertar os povos de sua escravidão e elevá-los à condição de seres livres. [...]

O Brasil deixou em mim recordações muito boas sobre os quatro anos que estive lá. Desenvolvi muitas atividades e se realizaram tantos e tantos atos, que não pude menos que recordá-los. Em Niterói várias foram as vezes em que o espaço ficava tão lotado que tínhamos de sair para a rua; é que o momento era muito oportuno e os companheiros que nesse momento militavam e também ocupavam a tribuna, eram de um valor intelectual e cultural muito superior, pois suas exposições iam além do mediano e as conferências do professor Oiticica e Orlando Correa

Lopez atraíam muito público e o entusiasmo e a propaganda ideológica que se realizava criava um ambiente de aproximação entre o movimento operário e o cultural. Além dos momentos felizes tiveram os de intranquilidade, já que na ocasião que acabara de dar uma conferência no Centro Cosmopolita fui detida pela polícia e me levaram à Ordem Social; ali fui interrogada e presa por vários dias, acusada de fomentar a desordem e a rebelião contra as autoridades [...].

Um fato que presenciei e que foi de grande transcendência foi o desmoronamento de um edifício de 14 andares que estavam construindo na Rua Silva Jardim n. 1; este acontecimento deixou debaixo dos escombros 40 operários mortos e 163 feridos. Todo o Rio de Janeiro se comoveu [...]. O Sindicato da Construção assumiu a responsabilidade do enterro dos 40 operários e somente vendo esse horrível espetáculo, podemos nos dar conta do que significa 40 caixões com todo o Rio de Janeiro acompanhando até o lugar de destino. Ali desapareceram as classes sociais. Todos, homens e mulheres, se sentiam afetados por aquela tragédia. Os oradores naquele momento do enterro atacaram as causas e os responsáveis pelas mortes dos humildes trabalhadores, que deixavam desassistidas suas famílias. Eu também fui convocada a falar nessa oração fúnebre [...].

Várias foram as viagens que fiz a São Paulo e o caminho era deslumbrante por haver tanta flora que os olhos do viajante ficavam surpresos diante do que nos apresenta a natureza. [...]

Minha chegada a Buenos Aires foi triunfal, minha mãe e familiares me esperavam no porto, e meu coração saltava de êxtase e alegria... (Tradução minha a partir de trechos de: *História de un ideal vivido por una mujer*. Juana Rouco, 2011, p. 57-67).

Teresa Maria Carini foi uma militante antifascista que nasceu em 27 de agosto de 1863 na Itália. Com 26 anos se casou com o violoncelista Guido Rocchio e em 1890 migraram ao Brasil, para o Rio de Janeiro. Viveram em São Paulo e lá presenciaram toda a movimentação da primeira fase do anarquismo. Teresa era amiga e companheira de luta de socialistas, anarquistas e sindicalistas e casa com um dos principais músicos da cidade, o que a fazia viver entre o proletariado e a burguesia: “Era figura obrigatória nas reuniões operárias, nas sessões culturais populares, nos movimentos reivindicatórios e de solidariedade, mas também nas conferências, cursos e concertos da burguesia”. (CANDIDO, 1996, p.15)

É bem provável que Teresa seja a Teresa Cari que assina o Manifesto às jovens costureiras. Na época ela teria 43 anos. Era uma mulher que já possuía uma história dentro da militância daquela época. Aos 47 anos, 21 anos depois que casara, Teresa decide se separar do marido e nesse mesmo ano se muda para Poços de Caldas, em Minas Gerais; lá sua casa passa a ser ponto de encontro de diversos amigos e visitas ilustres, entre eles Adelino de Pinho e Edgard Leuenroth, sendo que o último ela considerava “um moço muito bom, um puro”.

Seguramente, o uso da imagem na capa do livro pela editora Paz e Terra¹³ foi meramente ilustrativo, pois em 1915 Teresa não morava mais em São Paulo e já tinha 52 anos. Por mais que a Oradora esteja de costas, é notório tratar-se de uma mulher jovem com menos de vinte anos.

Em novembro de 1915, ela escreve uma carta criticando a ausência de mulheres na Liga Operária Internacional:

¹³ Paz e Terra usa a imagem na edição de *Teresina e seus amigos*, 1996, pois em *Teresina etc.*, de 1980, há a montagem de uma fotografia de Teresa. Antônio Candido a conheceu e colheu dela informações biográficas para produzir o ensaio.

Não sou operária, e mesmo que fosse não poderia fazer parte da Liga, pois desgraçadamente as mulheres são excluídas dela; mas sempre fui e permaneci simpatizante do movimento operário, sempre que este represente, como no caso, o início de uma luta civil que os operários combatem no mundo inteiro pelo direito à existência. (CARINI in CANDIDO, 1996, p. 34).

Ela morreu nos anos 1950, sempre recebendo visitas dos amigos e também tendo no antifascismo um caminho de vida.

Por uma história visual do anarquismo

Como seriam os estudos visuais sobre a urbanização e a ocupação do espaço público da cidade de São Paulo se imagens como esta fossem parte da história que se conta sobre a cidade e estivessem emaranhadas entre as fontes visuais? Sendo a imagem um suporte de práticas sociais, tanto no contexto de produção, quanto no de edição e circulação, como seriam os estudos visuais se levássemos em conta imagens de manifestações operárias anarquistas, congressos anarquistas e de mulheres anarquistas ocupando a esfera pública como Oradoras na cidade de São Paulo? O que as histórias visual, oral e escrita do movimento anarquista da Primeira República têm a nos ensinar? Qual a nossa responsabilidade ativa ao olhar objetos provenientes de um dispositivo fotográfico, realizados por uma pessoa com um repertório e contexto social, sobre um momento coletivo? São questões que convido vocês a seguirmos em uma outra conversa....

Fontes

A Cigarra 11/05/1915
AEL-IFCH/UNICAMP
A Lanterna 1/05/1915 e 15/05/1915
A Plebe 05/04/1919; 26/04/1919; 1/05/1919 e 10/05/1919
A Razão 16/07/1917
CEDEM-UNESP
Centro de Cultura Social
Coordenadoria Especial da Mulher – Prefeitura de São Paulo
Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheiri
Roxo e Negro Publicações

Referências

- AZOULAY, Ariella. *Civil Imagination: a political ontology of photography*. Trad. Louise Bethlehem. London and New York: Verson, 2015.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2018.
- BOENAVIDES, Débora Luciene. *A escrita da mulher trabalhadora na imprensa operária brasileira da República Velha: a luta contra o enclausuramento e o preconceito linguístico*.

Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2018.

CACCAVELLI, Bruno. *Lazer e sociabilidade dos trabalhadores do bairro paulistano da Mooca (1900-1920)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015.

CANDIDO. Antônio. *Teresina Etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CANDIDO. Antônio. *Teresina e seus amigos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CORDERO, Laura Fernández; MUÑOZ, Pascual; PRIETO, Augustina. *Tras los pasos de Virginia Bolten. Políticas de la Memoria*, nº 14, verano 2013/2014, p. 209–219.

DEL ROIO, José Luis. *A Greve de 1917*. São Paulo: Alameda, 2017.

GODOY, Clayton Peron Franco de.; MARCHEZIN, Lucas Tadeu; SILVA, Rodrigo Rosa da. *A greve geral de 2017: perspectivas anarquistas*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017.

LISSOVSKY, Mauricio. Dez proposições acerca do futuro da fotografia e dos fotógrafos. *Revista FACOM*, v. 23, p. 9, 1º semestre 2011.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. Tese de Doutorado em História. IFCH, Unicamp, 1996.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica. *Revista Brasileira da História da Mídia*, vol. 2, n. 2, jul.-dez. 2013.

MENDES, Samanta Colhado. Anarquismo e feminismo: as mulheres libertárias no Brasil (1900-1930). In: SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da. *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil*. Curitiba: Prisma, 2018.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, 2003, p. 11-36.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

RIBAS, Ana Claudia. *As sexualidades d'A Plebe: sexualidade, amor e moral nos discursos anarquistas do jornal A Plebe (1917-1951)*. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutora em Ciências Humanas. Florianópolis, 2015.

ROUCO BUELA, Juana. *Historia de un ideal vivido por una mujer*. Buenos Aires: Editorial Tierra del Sur, 2011.

VALADÃO, Marina Tannús; LOPREATO, Christina da Silva Roquette. Biografia(s) Anarquista(s): militância libertária sob as lentes da História Imprensa. *Revista Horizonte Científico*, v.2, n.1, 2008.